

A análise dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica ¹⁷⁹

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina (BRA)

Introdução

Ao iniciar um trabalho nas Ciências Sociais, o pesquisador confronta-se com as controvérsias teórico-metodológicas que acompanham todo processo de investigação. Pergunta-se, com frequência, o que está presente em cada passo da definição do caminho epistemológico e teórico que o ajudará a construir tanto o objeto quanto os procedimentos de pesquisa. A proposta de uma análise

¹⁷⁹ A introdução e o item 1 deste artigo foram divulgados nos Anais do I Congresso de Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales y I Post Congreso ICQI (International Congress of Qualitative Inquiry) ocorrido em Córdoba (Argentina) em outubro de 2014. As demais partes foram registradas nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), ocorrido em Porto Alegre entre 20 e 23 de julho de 2015.

dos documentos intitulados *Relatórios do Desenvolvimento Humano* (RDHs)¹⁸⁰, encomendados anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem-se deparado, desde o início, com a necessidade de optar por procedimentos de pesquisa capazes de garantir a cientificidade requerida pelas Ciências Sociais.

Se o desafio epistemológico se pauta pela indagação constante – em toda pesquisa – sobre como construir um percurso de conhecimento que se sustente diante dos questionamentos acerca de sua natureza científica, o desafio teórico se assenta na necessidade de manejar um *corpus* conceitual que não fuja às exigências postas pelo enlaçamento entre teoria e epistemologia, o qual deverá nortear a construção do objeto; que, por sua vez, vai indicar quais são os procedimentos de pesquisa plausíveis e necessários. Quem realiza a análise documental, assim como todas as demais pesquisas qualitativas e quantitativas, vê-se forçado a encarar a necessidade de responder às exigências postas pelos cânones científicos expressos através dos eixos epistemológicos e teóricos que emolduram a construção do objeto, do problema sociológico e dos procedimentos de pesquisas.

A análise documental, proposta nesta pesquisa sobre os RDHs, objetiva verificar quais são os significados sociais e políticos dados pelos elaboradores dos RDHs às ações que visam ir diminuindo, paulatinamente, a pobreza extrema – tomada no seu aspecto multidimensional – e ampliando as bases do desenvolvimento humano¹⁸¹. As equipes que produzem os documentos em

¹⁸⁰ Os referidos documentos são produzidos por diversas equipes de técnicos e estudiosos sobre os temas tratados a cada ano. Amparados pela Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH) centrada na tese de que a pobreza extrema deve ser combatida através da geração de capacidades econômicas, sociais e políticas, os RDHs têm como coluna central a elaboração de um conjunto de propostas que visam induzir a sociedade civil e o Estado a voltarem seus esforços para expansão de políticas públicas com capacidade de introduzir melhorias na vida das populações que vivem em situação de extrema pobreza.

questão estão difundindo uma dada interpretação tanto das condições sociais quanto dos meios e/ou recursos políticos necessários para alcançar melhorias que atinjam os mais empobrecidos. Considera-se que a perspectiva hermenêutica, ancorada na história, fornece subsídios para a análise documental ora pretendida.

No que diz respeito à abordagem do desenvolvimento humano, a perspectiva histórico-hermenêutica possibilita desvendar os elementos políticos de uma aposta que ganhou terreno no limiar do século XXI. Ou seja, o da (cor)responsabilização de inúmeros agentes no processo de combate às diversas mazelas sociais. As próprias ações dos pobres são interpretadas como capazes tanto de compor um quadro de mudanças substantivas – junto a uma multiplicidade de agentes – quanto de dar uma nova direção à vida social e política no século XXI.

Acredita-se que a compreensão histórico-hermenêutica possibilita decifrar o que as propostas, as análises, as sugestões, as leituras do mundo dos RDHs revelam e o que dissimulam. Deve-se buscar, conforme sugere Paul Ricoeur (1988; 2000) “não só o sentido primário, literal e manifesto, mas também um sentido latente” (BONA, 2010, p.99)¹⁸², sentidos que incitam muitas possibilidades de sistematização e análise dos materiais recolhidos, selecionados e editados sob a forma de relatório global do desenvolvimento humano. O que deve ser feito sem esquecer que os documentos das Nações

¹⁸¹ A pobreza é multidimensional justamente por englobar diversas privações e impotências simultaneamente. Privações de renda, de escolaridade, de nutrição, de atendimento médico levam a condição de impotência, na qual as pessoas não veem saídas possíveis para as precariedades que enfrentam no dia-a-dia. A ADH posta por Ul Haq e Amartya Sen (1999; 2008; 2011) tem como núcleo central a ideia de que o combate à pobreza extrema somente é, de fato, possível, se os mais pobres forem incluídos socialmente através de um processo que os habilite e os capacite, não só economicamente, mas também politicamente. É, em razão desta perspectiva, que os RDHs vão trazer, no seu interior, diversas propostas de implementação de políticas públicas capazes de alcançar, mais e mais, os mais pobres do continente americano.

¹⁸² Há um longo percurso de debates, diálogos, convergências e divergências entre os principais proponentes das possibilidades e limites da abordagem hermenêutica. Não há como entrar, neste artigo, em tais discussões. Esclarece-se que ao se mencionar, por exemplo, Paul Ricoeur não se quer dizer que a análise dos RDHs é feita por meio de uma interpretação ancorada nos símbolos linguísticos.

Unidas são um entrançado de muitas vozes e de muitos interesses formadores de um conjunto de diagnósticos e prescrições. Todavia, esclarece-se que, diferentemente da proposta de Ricoeur, esta análise dos RDHs “não coloca demasiada ênfase no que ele chama de autonomia semântica do texto” (THOMPSON, 1995, p.362), uma vez que ganham primazia, nesta investigação, as condições sociais e históricas nas quais os textos são produzidos, lidos, divulgados, aceitos, recusados, criticados e interpretados.

Os RDHs são extremamente complexos tanto naquilo que manifestam e explicitam quanto no que silenciam. Isto indica que a aproximação com a hermenêutica não está pautada pela orientação de que o objetivo é somente a análise das significações ocultas do texto. Michel Foucault (2013) destaca que, por muito tempo, a busca das significações ocultas dominou o estudo de ideias, discursos e textos. No entanto, os procedimentos calcados na hermenêutica avançaram muito no sentido de não se aterem somente à busca das significações ocultas que há no interior dos textos. Daí a necessidade de levar em conta não somente as condições internas de produção dos relatórios, mas também as condições externas, o contexto histórico, os significados sociais e políticos em razão dos jogos configuracionais e das relações de poder, das prescrições e dos diagnósticos feitos pelos elaboradores e encampadores dos RDHs.

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (PNUD/RDH 1990; 2013)¹⁸³ são produzidos, anualmente, por um grupo de técnicos e de intelectuais. A cada ano, reúnem-se pessoas distintas na sua feitura. Tanto no processo de levantamento de dados e análises quanto no de consultoria e redação, há grupos muitas vezes diferentes que elaboram estes documentos.

¹⁸³ Conforme exposto, são mais de 20 relatórios encomendados e publicados pelo PNUD. O de 1990 foi o primeiro e o mais recente é o de 2013. São textos dedicados, cada ano, a uma temática específica (cooperação internacional, participação, direitos humanos, meio ambiente, democracia, novas tecnologias, globalização, etc.) que estará sempre sendo discutida à luz das questões referentes à pobreza e às desigualdades de renda, de oportunidades, de capacidades e habilidades.

Essa razão leva à impossibilidade de tomar os RDHs como um bloco monolítico de ideias e propostas. Há uma orientação-chave, a Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH), que serve como norte para todos eles; porém, não há uma única forma de tratar os problemas sociais, a pobreza extrema¹⁸⁴, as desigualdades, as dificuldades de participação política e de construção de políticas públicas. Isso possibilita extrair dos relatórios centenas de objetos de pesquisa.

Percebe-se, então, que os relatórios, tomados em si mesmos, não se constituem objeto de estudo sociológico. Os objetos devem ser construídos em vista das propostas e sugestões de práticas, ações e procedimentos, dos jogos interacionais entre organismos internacionais e estados-nações, das expectativas e perspectivas (de produtores, técnicos e encampadores¹⁸⁵ dos RDHs) de interação com os governantes e com a sociedade civil, das intencionalidades de intervir na definição das agendas públicas, das interpretações acerca dos problemas e mazelas sociais que assomam em cada documento¹⁸⁶. Os objetos podem ser construídos também com vistas a compreender os processos tanto de disputas em torno de formas de encaminhamento de soluções para os problemas sociais quanto de desequilíbrios de poder no mundo hoje.

¹⁸⁴ Nos RDHs, a pobreza extrema é definida como baixo nível de renda, o qual vem associado a outras condições de privação, tais como: inacessibilidade a emprego decente, à participação política, à educação, à saúde, à moradia adequada com saneamento e água potável. A pobreza é, então, definida em razão de uma multiplicidade de condições.

¹⁸⁵ O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas é o braço da ONU que encomenda e encampa esses documentos.

¹⁸⁶ Entre as muitas sugestões presentes no interior destes documentos estão as ancoradas na gestação de políticas públicas voltadas para as populações que vivenciam condições de pobreza extrema. As equipes produtoras dos RDHs têm buscado aperfeiçoar a noção de pobreza que utilizam. Inspiradas nas proposições do economista paquistanês Mahbub Ul Haq (1978; 1995), que foi o idealizador do IDH e dos RDHs, elas têm dado indicação de que consideram ser a situação de pobreza extrema composta não somente pelo baixíssimo nível de rendimento, ou seja, até 1,25 dólares *per capita* por dia, mas também pelo analfabetismo, desnutrição, mortalidade de crianças e mães e sujeição a doenças evitáveis de modo geral. As crianças que morrem nos primeiros anos de vida, as mães que morrem no parto, as pessoas analfabetas ou com baixíssimo grau de instrução e os indivíduos sem acesso a atendimento de saúde são, geralmente, extremamente pobres.

Por que envidar esforços de interpretação histórico-hermenêutica dos RDHs?

Em primeiro lugar, faz-se necessário explicar que não se pretende – nem há possibilidade no âmbito deste artigo – fazer uma reflexão exaustiva sobre o processo de formação dos diversos embates e vertentes da hermenêutica, ao longo da história. Alguns pensadores, cada um a seu modo, [DILTHEY (1942; 1988)¹⁸⁷; GADAMER¹⁸⁸ (1998); FOUCAULT (2004); GIDDENS (1989), THOMPSON (1995), entre outros], desde o fim do século XIX até os dias atuais, dedicaram-se ao processo de discernimento do que se entende por ato de interpretar, compreender e explicar nas Ciências Sociais e Humanas. Foram sendo produzidos, assim, alguns lastros de conhecimento que permitiram que as propostas de análises centradas na hermenêutica ganhassem terreno e se fortalecessem como um caminho (que se abre em muitos¹⁸⁹) de constituição de procedimentos de pesquisa nas Ciências Humanas.

Assim, compreender uma dada ação ou credo é um trabalho científico que precede a explicação do porquê da ocorrência da ação. Seria um trabalho de leitura da situação, de análise do contexto ao qual a ação ou a crença pertencem, compreendendo-as sob a ótica de outras ações e crenças historicamente constituídas (SCOCUGLIA, 2002, p.4).

Não é possível também adentrar, de modo profundo, no debate se a reflexão hermenêutica é, ou não, capaz de gerar um método (SOARES, 1988). Se ela própria se constitui como um método de investigação (RUDIGER, 2009)

¹⁸⁷ Sobre a proposta de Dilthey a respeito da hermenêutica como uma metodologia das Ciências Humanas que deve estar ancorada na compreensão e na objetividade, ver: (Reis, 2003).

¹⁸⁸ Acerca da crítica de Gadamer a Dilthey no que diz respeito à busca obsessiva de objetividade, ver: (Scocuglia, 2002).

¹⁸⁹ Caminhos estes abertos por pensadores tais como Dilthey, Foucault, Gadamer, Heidegger, Ricoeur, entre outros. Ver sobre isto: (Stein, 2002; Bonfim, 2010; Soares, 1988). Pode-se perguntar por que Foucault está entre eles? “Na análise da hermenêutica como sistema metodológico do curso de 1982, define-se que Michel Foucault não limita suas investigações nesse âmbito interpretativo, pois ele mantém uma distância que permite que a sua análise seja isenta da interioridade que pressupõe esta metodologia. Mesmo assim, apesar desse distanciamento, Foucault não se abstém da interpretação” (Sech Júnior, 2009).

e/ou como uma técnica de pesquisa. Parte-se do pressuposto de que ela se situa dentro de uma epistemologia compreensiva empenhada em operar com teorias capazes de indicar uma forma de construção de objetos que demandem procedimentos de pesquisas condizentes com os pressupostos das ciências histórico-culturais.

John B. Thompson (1995), para quem a hermenêutica é um referencial metodológico¹⁹⁰ (p.365), afirma que nos últimos tempos se processou uma ampla tentativa (Gadamer, por exemplo) de “afastar a hermenêutica da preocupação com o método e orientá-la na direção da reflexão filosófica” (p.361). O desafio passa a ser, segundo Thompson, considerar as questões filosóficas, mas também não deixar de lado as questões metodológicas. É necessário buscar na hermenêutica não somente o modo como os indivíduos falam, agem, compreendem e interpretam o mundo sócio-histórico, mas também “um referencial metodológico que possa ser empregado para o estudo das formas simbólicas em geral”¹⁹¹ (THOMPSON, 1995, p.362).

Considera-se possível e necessário que a análise dos RDHs tenha um “caráter ao mesmo tempo hermenêutico e analítico” (RUDIGER, 2009, p.5). É preciso não só alcançar “a compreensão e a explicação” (RUDIGER, 2009, p.5), mas também elucidar os elementos históricos que estão em inter-relação, formando um conjunto de processos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que tem levado à formulação e reformulação constante dos relatórios ao longo de duas décadas. “O círculo hermenêutico, mediado analiticamente, é entendido não só como fundamento do conhecimento, mas meio de

¹⁹⁰ Thompson (1995, p.364) propõe tanto uma “ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana”, a qual está assentada na interpretação da *doxa*, quanto o fortalecimento de um referencial metodológico denominado hermenêutica de profundidade (HP), o qual está assentado em três procedimentos de investigação: “1)- Análise sócio-histórica, 2)- análise textual (a qual pode ser de diversas natureza, tais como: semiótica, conversação, narrativa, sintática, argumentativa), 3)- Interpretação/(re)interpretação” (Thompson, 1995, p.365).

¹⁹¹ John B. Thompson (1995, p.362) afirma que Paul Ricoeur buscou “mostrar que a hermenêutica pode oferecer tanto uma reflexão filosófica sobre o ser e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e tarefas da interpretação na pesquisa social”. Seria isto, afirma ele, o que sistematiza a ideia de hermenêutica de profundidade.

autorreflexão crítica (...) [de] uma dada situação histórica” (RUDIGER, 2009, p.5).

Tanto no âmbito histórico quanto no político, é que se encontram os elementos para compreender o que significa a produção de documentos globais, como são os RDHs. Que experiência é essa? E como ela revela aspectos relevantes de uma dada era em que prevalecem fortes relações de interdependências entre diversas partes do mundo, entre diversas nações e territórios. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, que encomenda e divulga os RDHs, tenta fixar uma agenda de ações que, supostamente, melhoraria a vida de todos os indivíduos do planeta.

Ao lançar mão, no interior dos relatórios, da busca dos significados de suas prescrições para alcançar o desenvolvimento humano, procura-se compreender como os textos se constituem e se singularizam através de suas potencialidades de falar aos estados, aos governantes e à sociedade civil ao mesmo tempo. A investigação dos RDHs não está ancorada na sintática e na semântica como eixo do desvendamento dos significados dos diagnósticos e propostas contidas no interior dos documentos. Sendo assim, os procedimentos de pesquisa são distintos das análises de conteúdo que exigem referenciais e regras de codificações específicas (BAUER, 2002).

A hermenêutica como procedimento empregado nas pesquisas sobre os RDHs não está assentada apenas numa hierarquização dos significados dos diagnósticos acerca das consequências da privação (de renda, de instrução, de medicamentos, de vacinas, moradia adequada), da impotência política e das prescrições sobre as (im)possibilidades de construção de melhorias para as populações mais pobres do planeta. Não se está fazendo somente um estudo das condições internas dos relatórios (como pode, em alguns casos, ser feito nas análises hermenêuticas). Desde as últimas décadas do século XX, tem havido um aperfeiçoamento tanto das abordagens de conteúdo e hermenêuticas quanto das do discurso. Segundo Foucault (2013), as duas primeiras estariam

mais voltadas para as condições internas de produção dos textos e as segundas, para as externas.

É em razão deste entendimento que John B. Thompson (1995) vai insistir numa recriação dos procedimentos hermenêuticos de pesquisa, a qual estaria assentada na construção de passagens do processo interno de elaboração do documento para as condições externas. Ou seja, o que ele denomina hermenêutica de profundidade é justamente essa possibilidade de situar os materiais escritos num contexto social e político mais amplo. Os significados sociais, políticos, ideológicos e culturais não são apreendidos em vista da sintaxe e/ou da semântica, mas sim em razão do diálogo entre interioridade e exterioridade. Tem-se, então, outra questão relevante que se assenta no fato de não haver desprezo pelos aspectos objetivos (econômicos, políticos, sociais, culturais) que formam o contexto histórico no qual os RDHs são produzidos e divulgados. Não se tem pretendido, ao analisar esses documentos, ficar somente nas representações que eles trazem acerca da vida social, dos desequilíbrios de poder, da reprodução da pobreza, das dificuldades da democracia, das desigualdades, do papel do Estado e da política etc.

Não se deixa de considerar que essas representações são, de fato, importantes. Elas revelam modos de construção de muitas prescrições para o combate à pobreza e às desigualdades. Ainda que levem essas representações em consideração, no interior da análise, as investigações não se encerram nelas, visto que se procura compreender como as práticas sociais e políticas sugeridas nem sempre se encerram nas representações que externam. Ou seja, há uma representação sobre o pobre e a pobreza que nem sempre condiz com o que é sugerido, pelos documentos, para o combate à pobreza e suas mazelas. Há, muitas vezes, no interior dos RDHs, uma representação dos extremamente pobres como destituídos de meios para se fazerem ouvidos. A situação de privação e de impotência os leva a uma condição de inacessibilidade à educação, à participação política, à saúde, à moradia adequada e à renda; não impedindo tal representação que os formuladores dos documentos façam

inúmeras sugestões de expansão de políticas em que os mais pobres sejam partícipes.

Pode-se dizer que há uma multiplicidade de vozes e de representações que estão condensadas no interior dos Relatórios do Desenvolvimento Humano; por essa razão, não há um significado único nas prescrições e práticas sugeridas. Assim, não se tem como garimpar, no seu interior, uma linha única de raciocínio e de sugestões feitas aos estados-nações, aos governantes e à sociedade civil. A sua complexidade está justamente na fluidez das prescrições e diagnósticos que serão diferentes, a depender do momento analisado. Os sentidos (direcionalidades) e os significados dessas mudanças têm de ser buscados não internamente nos documentos, mas sim no contexto social no qual eles se inserem.

Há um caso bastante ilustrativo dessa situação. Os conteúdos dos RDHs, no decorrer das décadas de 1990 e de 2000, no que tange às consequências da pobreza extrema, deram muito menos ênfase às possibilidades de expansão das rebeliões, protestos e manifestações de rua do que o RDH de 2013. Como analisar isso? Somente se for feito uma passagem da condição interna do texto para o contexto social no qual ele foi produzido. A explosão das revoltas nos países pobres, no fim da primeira década de 2000, impõe uma agenda de discussões e de debates para os organismos internacionais, como as Nações Unidas, o que levou os produtores e diretores dos RDHs a uma recorrente necessidade de abordar os possíveis protestos e explosões de rua. E isso foi feito de modo que merece ser investigado com profundidade. O RDH de 2013 é primoroso no que diz respeito à possibilidade de estabelecer uma conexão entre as condições internas e externas de produção desse tipo de material prescritivo. Diante dos protestos e rebeliões em várias partes do mundo, o RDH foca regiões (o Brasil, por exemplo) que supostamente estariam em ascensão, em razão das melhorias sociais na área de educação, dos programas de transferência de renda condicionada, entre outras. Tais combates às mazelas sociais apareciam como o antídoto eficiente contra a

emergência de algumas formas de rebeliões. O diagnóstico não se confirma quando explode pelo Brasil, em junho de 2013, uma série de protestos e manifestações com críticas duríssimas ao modo como a saúde, a educação, o transporte público e a moradia vêm sendo tratados pelos governantes. Os próximos relatórios, certamente, refletirão sobre tais situações.

Ainda que os procedimentos de pesquisa tenham conexão com a perspectiva hermenêutica, não se está supondo que o pesquisador atribua ou descubra os significados do que está posto no documento através de uma hierarquização de palavras e expressões. Há um significado político construído socialmente nas prescrições feitas pelos RDHs, o qual pode ser captado somente através do seu confronto com os acontecimentos que permeiam a vida social e política atual. Isso pode ser lido como uma impossibilidade de “buscar os princípios que presidiram à construção do texto e (de) desvendar a origem do mesmo, pela compreensão daquilo que ele contém” (QUEIRÓZ, 2008, p.123). De certa forma, a postura assumida diante dos RDHs contém, de fato, uma recusa de situar a análise somente nos princípios que orientam a sua feitura, já que se concebe a construção do texto como intrinsecamente ligada ao contexto social que o gerou. A origem dos diagnósticos acerca da realidade social e das sugestões para mudança assenta-se não em ideias e princípios abstratos, mas sim no modo de articulação da vida política, dos interesses e dos desequilíbrios de poder reinantes no mundo hoje.

Maria Isaura Pereira de Queiróz (2008, p.126) faz uma afirmação que ajuda a entender as diversas atitudes que os cientistas sociais poderão ter diante dos documentos a serem analisados. Segundo ela, o pesquisador pode “tomá-los em sua peculiaridade e levantar os problemas que eles encerram; ou então efetuar a leitura depois de formuladas as questões que (ele) julgar interessantes, na suposição de que ele encerra elementos que permitem esclarecê-las. Estas atitudes se aplicam a todos os tipos de documentos” (QUEIRÓZ, 2008, p.126).

No primeiro caso, o ponto de partida e de chegada é o próprio documento. Neste, tem-se uma análise interna do texto. Esse tipo de atitude

alimentou diversas abordagens hermenêuticas e suscitou muitas críticas assentadas na pressuposição de que a investigação circunscrita ao texto é quase a negação de que existem fatos. Ganha preponderância a ideia de que, para muitos hermenutas, não há “fatos, (há) somente interpretações”¹⁹² (VATTIMO in DIAS, 1998, p.224). Para fugir dessa perspectiva, Thompson (1995, p.358) alerta sobre o fato de que “os processos de compreensão e interpretação devem ser vistos não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é, ao mesmo tempo, complementar e indispensável a eles”.

A articulação entre os elementos objetivos e subjetivos no processo de compreensão e interpretação de todo documento (e também dos RDHs) está posta no modo como o pesquisador lida com uma multiplicidade de significados que são construídos no encontro entre o que dispõe o documento e o que o pesquisador é capaz de capturar. O conhecimento deste último acerca do contexto social em que os textos analisados são construídos é que definirá a possibilidade de realizar uma investigação dos muitos significados implícitos e explícitos no texto.

Esta multiplicidade de sentidos tem sido denominada ‘horizontal’ porque ocorre no instante em que é validado o documento pelo pesquisador, ajuizando da simultaneidade de assuntos por ele veiculados. A variação vertical se dá através do tempo: em épocas diversas, cada documento será encarado de maneira diferente, outras informações serão buscadas nele, porque os interesses e focalizações dos estudiosos variam com o correr dos anos. A variação horizontal e variação vertical estão associadas: cada momento do tempo tem a especificidade de seus interesses, ao qual se associa a multiplicidade de informações que o documento oferece (QUEIRÓZ, 2008, p.130).

¹⁹² Está embutida nesta discussão a insistência das perspectivas hermenêuticas de que na “investigação social a constelação de problemas é significativamente diferente da constelação que existe nas ciências naturais. (...) O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído” (Thompson, 1995, p.358).

São de grande significado essas variações assinaladas por Maria Isaura P. Queiróz, pois é evidente a necessidade de levar em conta o momento histórico no qual os RDHs são produzidos e analisados. O fato de o pesquisador estar vivenciando o momento histórico em que o PNUD está encomendando os documentos tem reflexos na análise desses materiais. Tanto os produtores dos documentos quanto aqueles que os estão analisando vivem um processo inconcluso a respeito dos percursos e caminhos que seguirão as prescrições, os diagnósticos e as possibilidades (ou não) de redirecionar uma agenda pública em favor do desenvolvimento humano. A compreensão e a interpretação podem reconhecer sentidos e significados (sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais) que têm de ser lidos à luz de uma processualidade capaz de lançar luzes sobre os documentos em questão. Conforme alerta Maria Isaura Pereira de Queiróz (2008), há um significado dado a cada tema abordado pelos elaboradores do documento e um significado captado pelo analista que se inscreve, inteiramente, no âmbito de um tempo histórico.

A captação dos significados das interações e das relações de interdependências posta nos documentos está ligada às circunstâncias (QUEIRÓZ, 2008, p.130) que envolvem tanto a feitura do documento quanto a sua decifração. Há, no caso dos RDHs, muitas orientações de significados que devem ser lidas à luz de um contexto social e político vigente no fim do século XX e no limiar do XXI. Por que há, nos RDHs, determinados diagnósticos sobre as consequências da pobreza extrema, da exclusão política, das desigualdades? Por que os elaboradores de tais documentos tecem uma teia de prescrições para combater, ainda que em parte e de modo gradual, tais situações?

Os pesquisadores somente poderão compreender o que significam as propostas dos RDHs – feitas à sociedade civil, às lideranças e aos governantes – de combate à privação (de renda, de escolaridade, de acesso à saúde) e à impotência (impossibilidade de intervir na vida social e política de modo a

mudar a própria vida e a dos demais) se entenderem a natureza das práticas sociais, das experiências, das ideias e das ações prevalecentes, num determinado momento histórico.

Deve-se ter em conta sempre, ao se trabalhar com documentos dessa natureza, que não há um único significado nas proposições postas nos RDHs. Essa multiplicidade de sentidos, de interpretação, tem a ver, conforme adverte Queiróz (2008), com os interesses diversos de cada pesquisador, os quais são externados por meio da construção de objetos e problemas sociológicos. Conforme afirma Norbert Elias (1998), há hoje um vasto fundo social de conhecimentos sobre os problemas da vida social. Pode-se dizer que tal fundo orienta tanto a feitura dos RDHs, no que diz respeito aos diagnósticos sobre a situação da privação no mundo atual e às prescrições para alcançar o desenvolvimento humano, quanto os processos de análises dos pesquisadores.

A multiplicidade de significados sobre participação política, segurança humana, direitos, adequação de capacidades e de habilidades, presentes nos documentos do PNUD, tem a ver com a perspectiva de que alguns organismos internacionais, associações e organizações diversas construam um conjunto de práticas sociais capazes de dar um determinado direcionamento à vida social. São tentativas de dismantelar, ainda que em parte, as imprevisibilidades. As prescrições feitas nos documentos – ora examinados – enquadram-se naquilo que se define como engenharia social, “em que tudo está previamente estabelecido” (FURTADO, 1992, p.75).

Dependendo do processamento da vida social, assiste-se a algumas mudanças nas propostas dos realizadores e editores dos relatórios. O sentido, o significado, a interpretação que eles dão a determinadas experiências, ações, ideias, atitudes, expectativas, perspectivas podem mudar de acordo com o fluxo histórico da vida social. Analisados, por exemplo, os diagnósticos sobre as consequências da não-participação política e as propostas de expansão da inclusão dos mais pobres nos processos decisórios, vê-se que as equipes

formuladoras tendem a observar as mudanças conjunturais e os acontecimentos de modo geral. Fazem isso cambiando e reformulando posturas aventadas em RDHs anteriores.

A multiplicidade de significados dados à participação, à democracia, ao combate à pobreza, às desigualdades, aos conflitos e à segurança humana revela os diversos embates políticos dentro do processo formativo dos relatórios e fora dele, uma vez que os elaboradores de tais documentos se mostram, expressivamente, atentos ao que se passa na arena política. Essa atenção parece redobrada no que diz respeito aos protestos, rebeliões, levantes, manifestações de rua, atuação de movimentos sociais, entre outros.

Nos RDHs estão condensadas muitas interpretações acerca das diversas circunstâncias e acontecimentos sociais que são continuamente interpretados por governantes, lideranças políticas da sociedade civil, movimentos sociais, associações e organizações diversas e pesquisadores. “A reflexão hermenêutica pode (...) nos ajudar a entender melhor o que está em jogo nos processos interpretativos, no movimento da compreensão” (SOARES, 1988, p.100). Por isso, a análise dos RDHs não pode se esgotar no próprio documento. Faz-se necessário averiguar como eles são lidos e interpretados por diversos grupos e indivíduos. O confronto entre as suas propostas e as possibilidades, ou não, de que as suas prescrições sejam efetuadas suscitam várias outras leituras e interpretações e isso leva a um processo inesgotável de diálogos entre interpretações diversas. Os governantes, as lideranças e a sociedade civil interpretam as propostas contidas nos relatórios; e tal (re)interpretação retorna aos próprios elaboradores dos RDHs, que são influenciados por ela. Tais influências aparecem, seguidamente, nos relatórios subsequentes. Conforme afirma Foucault (2000), o processo interpretativo é, então, inesgotável e múltiplo. São interpretações de interpretações¹⁹³ dentro de possibilidades infinitas¹⁹⁴.

Se os proponentes dos RDHs difundem uma série de encaminhamentos, que os governantes devem pôr em prática, é porque há a expectativa, por parte do PNUD, de que tais indicações sejam levadas em consideração nas políticas que serão futuramente implementadas. É o que diz Luiz Eduardo Soares (1988, p.113) “a interpretação se interporá entre princípios e circunstâncias singulares, como mediação inevitável”.

As propostas de ampliação da participação política no interior dos RDHs: algumas luzes lançadas pela abordagem hermenêutica

Conforme foi dito anteriormente, os RDHs não se constituem em objeto de pesquisa sociológica na sua forma ampla e genérica. A constituição de objetos, a partir deles, é um percurso que exige um conhecimento prévio dos relatórios e das circunstâncias em que eles foram produzidos. É necessário também compreender diálogos que os elaboradores desses documentos mantêm com um conhecimento já sedimentado sobre as situações a que eles se referem. São ainda relevantes os embates acerca das possibilidades de que seus diagnósticos sobre a realidade e suas prescrições de medidas para investir contra a pobreza, a discriminação e a exclusão sejam ouvidos pelos governantes, associações políticas, organizações da sociedade civil e governantes de modo geral. Somente a partir daí é que se pode arriscar na árdua tarefa de construção de objetos de estudos e de problemas sociológicos.

Ainda que se tenha conhecimento dos relatórios como um todo, os objetos e problemas sociológicos são construídos a partir de alguns elementos específicos que estão presentes nas suas várias edições. Entre esses, podem ser destacados os diagnósticos das causas e consequências do não-investimento no

¹⁹³ “(...) mesmo considerando que toda hermenêutica é interpretação, mas que nem toda interpretação é hermenêutica, Foucault mostra o quanto a interpretação é parte essencial do nosso mundo, da nossa história e por consequência de nós mesmos” (Sech Júnior, 2009, p.102).

¹⁹⁴ “Em A hermenêutica do sujeito predomina o tema ‘o cuidado de si’ que se articula necessariamente com o ‘conhecimento de si, sendo este alcançado através de práticas que, em maior ou menor grau, envolvem leituras e consequentemente interpretações” (Sech Júnior, 2009, p.101).

desenvolvimento humano. Todavia, esse fragmento tem um significado ímpar no interior das propostas e prescrições construídas pelos elaboradores e encampadores dos RDHs. Assim, pode-se afirmar que é possível construir vários objetos de análise em torno da questão da participação política como antídoto contra a pobreza extrema, a miserabilidade e a falta de acesso a direitos, à educação e à saúde – como defendido pelos produtores dos relatórios. Isso pode levar a crer que o tema da participação política é o centro de todos os documentos. Mas não o é. Ele é uma parte, ora mais ora menos explícita; ora mais ora menos presente. Todavia, não há momento algum em que ele não esteja exercendo um papel de grande significado no interior dos argumentos que abraçam, inteiramente, a ADH (Abordagem do Desenvolvimento Humano) fundada na necessidade de expansão de habilidades e capacidades políticas.

Portanto, a primeira hipótese interpretativa sobre uma parte requer um movimento de antecipação-tentativa do sentido do todo, denominado por Hans-Georg Gadamer (1998) [de] pré-compreensão. A aposta hermenêutica (...) se nutre basicamente de duas fontes: a tradição na qual se situa o intérprete, e que se projeta em um salto antecipatório, e a imaginação (SOARES, 1988, p.106).

O exame histórico-hermenêutico das discussões sobre participação e descentralização política visa, então, desvendar o significado dado a tais processos para a consecução do objetivo de fazer avançar o desenvolvimento humano. Se esse último é o todo almejado, a inclusão política capaz de expandir as capacidades é, então, parte fundamental desse processo. No movimento reflexivo hermenêutico, as relações entre a parte e o todo estão interligadas de modo bastante particular.

A tentativa inicial de captar o sentido de uma parte tornando-a compreendida por (em) um todo hipotético será testada quando a parte seguinte for examinada. É possível e provável que esse passo imponha uma revisão na atribuição de sentido proposta inicialmente para o todo. A revisão será necessária quando a segunda parte avaliada resistir à assimilação compreensiva do todo-hipotético antecipado. Correções sucessivas do percurso conduzirão a antecipações apoiadas em suportes parciais mais amplos, a iluminações corretivas recíprocas, entre partes e todo, até que uma formulação compreensiva global se revele pertinente,

razoável, provável, aceitável pelos interlocutores virtuais. O paradoxo da dependência mútua entre partes e todo revela a um só tempo a necessidade da *démarche* analítica, que submete a totalidade à decomposição e à insuperável exigência de antecipações (projetivo-criativa) compreensivas (SOARES, 1988, p.106).

Toma-se, então, o desenvolvimento humano como um todo a ser alcançado. As melhorias na renda, no acesso à educação, à saúde e à participação política são decompostas em partes somente para fins analíticos, já que é praticamente impossível apreender as várias nuances e aspectos de cada um desses elementos sem operar uma sistematização específica dos dados e argumentos construídos – pelos elaboradores do documento, ao longo de centenas de páginas – acerca da ligação entre não-participação política e não-solução das mazelas sociais.

No caso das análises dos diagnósticos sobre as consequências da combinação de pobreza extrema, não-acesso à educação e à saúde com a exclusão política – nefastas para o desenvolvimento humano – observa-se sempre que eles vêm acompanhados de muitas prescrições de ações, procedimentos, atitudes e políticas públicas que, supostamente, seriam indicados para combater os processos centralizadores de poder. Geralmente, são pouco observadas, em tais prescrições, as condições sócio-históricas responsáveis por desequilíbrios de poder extremos nos países que compõem o hemisfério sul. A ampliação da participação política é tratada com certo otimismo que se manifesta de vários modos no interior dos RDHs. Evidentemente, os produtores dos relatórios acabam dando destaque às experiências exitosas que teriam ocorrido em alguns países, em alguns momentos. Se os êxitos são, ou não, duradouros não se discute com profundidade, pois, de modo explícito, tentam os RDHs gerar percepções, perspectivas, expectativas, atitudes, disponibilidades favoráveis e voltadas para a expansão da participação política entre os indivíduos mais pobres.

Mas o que significa, para os formuladores dos RDHs, participar politicamente de algumas instâncias decisórias? Significa que as populações

mais pobres devem encontrar, principalmente no âmbito local, espaços para intervir na agenda pública e desenvolver, de modo paulatino e durável, a capacidade e a habilidade para construir e sustentar demandas de melhorias de acesso à renda, à educação, à saúde e à moradia adequada.

Há, no mínimo, duas questões que ajudam a explicitar a natureza das prescrições contidas nos RDHs. Em primeiro lugar, deve-se perguntar qual é o significado, neste momento histórico, de tais prescrições que, de certa forma, encarregam os próprios indivíduos de encontrar soluções para os problemas em que estão mergulhados?¹⁹⁵ Em segundo, deve-se observar se os diagnósticos sobre as causas e os efeitos da pobreza extrema e sobre um efetivo e profundo desequilíbrio de poder vigente na América Latina, África, Ásia e Oceania – e também as prescrições para solucionar tais situações – são, ou não, pensados em vista das condições históricas geradoras de tais condições.

No concernente ao primeiro caso, ou seja, o significado da construção de prescrições de ampliação das doses de participação política como forma de diminuir a pobreza extrema, deve-se observar que os produtores dos relatórios lançam mão, na maioria dos casos, de discursos sociológicos sobre a importância da participação¹⁹⁶. Há “uma relação de apropriação potencial pelos sujeitos” (THOMPSON, 1995) formuladores dos relatórios. Estes utilizam tais

¹⁹⁵ Todos os RDHs (ver, principalmente, PNUD/RDH, 1993; 1995; 1997; 2002; 2003; 2010; 2013) trazem elementos relevantes sobre a participação política como um antídoto contra a pobreza extrema, a qual foi definida, no RDH de 1997, através do IPH (Índice de Pobreza Humana) e, no RDH de 2010, por meio do IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). O IPH “utilizava as médias do país para refletir privações agregadas na saúde, na educação, e no padrão de vida” (PNUD/RDH, 2010, p.99). Desde 2010 o IPH foi substituído pelo IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). Este “é o resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza)” (PNUD/RDH, 2010, p.100).

¹⁹⁶ O RDH de 1990 destaca a importância de existir uma “maior investigação sobre as formas e o impacto da tomada de decisão descentralizada e os mecanismos para induzir uma participação efetiva, sobre tudo entre grupos em geral desorganizados e com pouca capacidade de influência, como, por exemplo, mulheres pobres e pessoas sem terra. Assim mesmo, o papel desempenhado pelo setor privado e pelas ONGs na promoção do desenvolvimento humano também precisa de estudos adicionais” (PNUD/RDH, 1990, p.147).

argumentos e os enriquecem com as falas recorrentes das lideranças dos movimentos sociais acerca da importância da descentralização do poder decisório. É praticamente impossível na atualidade fazer referência a processos de mudança – tais como o fazem os elaboradores dos RDHs – sem se ater a questões como cidadania, democracia, desconcentração do poder de decisão, participação, entre outras questões. Tais questões adentram e influenciam o discurso dos diversos agentes e não somente o dos produtores e encampadores dos relatórios investigados.

Se a hermenêutica nos recorda que o campo-objeto da investigação social é também um campo-sujeito, ela também nos recorda que os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são, como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão (THOMPSON, 1995, p.359).

Mas há, ainda, outro elemento que adentra os textos dos relatórios: a crescente difusão de uma individualização (BAUMAN, 1999; 2000, 2001) que tende a encarregar os indivíduos da solução de problemas que lhes fogem ao controle inteiramente, tais como as condições atuais de produção e reprodução da pobreza extrema, das desigualdades e dos desequilíbrios de poder. Os produtores dos documentos, em alguns momentos, tentam encontrar um equilíbrio entre encarregar as próprias pessoas de se responsabilizar por ajudar-se a si mesmas e aos outros a solucionar os problemas sociais e a exigir que os governantes tenham um comprometimento efetivo com o combate às mazelas sociais. Veja-se, o que diz o RDH de 1991:

As pessoas são as melhores defensoras de seus próprios interesses, sempre e quando lhes deem a oportunidade de fazê-lo. Portanto, muitas vezes o melhor que pode fazer os governos desejosos de empreender reformas é assegurar a participação plena dos indivíduos na comunidade e na nação. Entretanto, o fato de assegurar a participação das pessoas não significa deixar que elas sejam responsáveis por sua própria sorte. O governo deve fornecer ajuda ativa e deve descentralizar a tomada de decisões em matéria de desenvolvimento (PNUD/RDH, 1991, p.164-5).

No que diz respeito ao modo como os relatórios indicam a possibilidade e a necessidade de ampliação de participação política, verifica-se que os textos trazem, quase sempre, um conjunto de prescrições genéricas, mostrando que é possível que, nas diversas sociedades, ocorram formas de ações políticas que elevem a atuação, principalmente, no âmbito local, dos segmentos mais empobrecidos. Há aconselhamentos sobre como realizar isto, há exemplos de várias regiões do mundo que teriam superado diversos obstáculos e conseguido algum grau de intervenção na vida política local.

Observe-se que todos os elementos postos nos parágrafos anteriores representam um desafio para a abordagem hermenêutica, uma vez que não há como se ater somente às condições internas da produção dos textos. As condições externas são fundamentais, já que há um constante diálogo entre os documentos e os inúmeros embates, ideias, atitudes e posturas políticas, produzidos pelas diversas configurações (Estado, intelectuais, movimentos sociais, organismos internacionais, associações e organizações diversas que compõem a sociedade civil).

Pode-se perguntar: por que, no limiar do século XXI, os Relatórios do Desenvolvimento Humano são idealizados e criados? E por que eles parecem guardar tantas afinidades com inúmeras investigações sobre pobreza, democracia, participação política? As respostas a essas perguntas não podem ser encontradas em uma abordagem interna dos próprios textos. A arte de sua decifração passa pela compreensão da relação que os produtores dos documentos estabelecem com seu entorno (sociedade civil, governantes, segmentos intelectuais e políticos diversos).

Os formuladores dos RDHs, ao discutirem a necessidade de ampliação da participação política, deixam evidente que se apropriam de muitos resultados de pesquisas sobre essa temática, mas que também reinterpretam e sugerem, em vista de seus objetivos, a maneira de operacionalizar a expansão das habilidades e capacidades participativas. “É devido ao fato de a investigação social estar ligada a um campo-objeto, que é constituído em parte

de sujeitos capazes de compreensão, reflexão e ação. (...) Os resultados de tal investigação podem, em princípio, [ser] apropriados” (THOMPSON, 1995, p.360).

Ao insistirem que o desenvolvimento humano pode ser alcançado somente se houver a possibilidade de “delegar poder aos pobres” (PNUD/RDH, 1991, p. 165), os que formulam e encomendam os relatórios mostram-se conectados com um dado momento histórico, no qual há quase uma saturação da ideia de que, “no que concerne à descentralização, o remédio está na educação, na delegação de responsabilidade e no desenho de estruturas e sequências de tomada de decisões apropriadas” (PNUD/RDH, 1991, p.165). Através da abordagem histórico-hermenêutica, é possível conceber como esses aconselhamentos sobre participação e descentralização podem ter usos específicos, em contextos e momentos também singulares. Faz-se necessário averiguar até que ponto tais sugestões e propostas dos RDHs compõem um quadro ideológico, conforme sugere John B. Thompson (1995), que aponta e mascara, ao mesmo tempo, os desequilíbrios de poder atuais e as dificuldades de ampliação da participação dos segmentos mais pobres.

No que tange ao debate posto nos diversos relatórios sobre a participação e a descentralização políticas, é necessário explicar as várias sugestões e propostas que vão se fazendo presentes nas centenas de páginas editadas anualmente pelo PNUD. Através dessas explanações, verificam-se, no interior dos documentos, quais são os desafios locais e nacionais para a efetivação de processos de inclusão política; quais são as (im)possibilidades, nas diversas nações do hemisfério sul, de expansão de procedimentos favoráveis aos interesses coletivos (de modo geral) e aos interesses dos mais pobres (de modo particular). A explanação objetiva, ainda, demarcar as discussões sobre a possibilidade, ou não, do desenvolvimento de consensos capazes de favorecer a implantação de políticas voltadas aos que vivem em condição de privação profundamente arraigada.

Pode-se perguntar qual é o papel da explanação numa análise histórico-hermenêutica? Qual é a relação entre explanação e interpretação? J.B. Thompson (1995, p.362) considera que as duas devem ser tomadas como complementares “dentro da teoria compreensiva interpretativa. [São] passos que se apoiam mutuamente ao longo de um único arco hermenêutico”. Por essa razão, as análises dos RDHs são muitas vezes extensíssimas, porque exigem longas explanações sobre como são tecidas, tortuosamente e com muitas idas e vindas, as discussões e os diagnósticos acerca da pobreza, da não-participação política e das desigualdades. No caso da exclusão social e política e de sua possibilidade de superação, através de uma educação e de uma participação geradora de habilidades e capacidades, há dezenas de prescrições que, segundo os documentos, devem ser seguidas pelas sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas.

As considerações sobre as dificuldades e possibilidades de os países destes continentes superarem a pobreza e a exclusão social e política extremas não seguem um único percurso, visto que são muitas as equipes encarregadas de produzir os relatórios, assim como não seguem um mesmo caminho as prescrições de ações para ampliar um tipo de participação política que fosse capaz de colocar, na agenda pública, as demandas dos mais pobres. Em alguns RDHs, dá-se peso maior ao Estado; em outros, menor, como o ente que deveria investir em políticas sociais (saúde, educação, moradia) capazes de criar as bases para uma melhor participação dos mais pobres na arena política.

No entanto, ainda que haja algumas especificidades entre as prescrições postas no interior dos RDHs, deve-se dizer que todos eles têm, como núcleo central de suas sugestões, a busca da instalação de processos de governança e de governação. A primeira é entendida como uma forma de administração que deve envolver não somente o governo, mas também a sociedade, nos seus diversos segmentos para tornar possível a busca de soluções para os problemas relacionados com as seguintes dimensões: segurança¹⁹⁷, capacidade¹⁹⁸ e

inclusão¹⁹⁹. A proposta de inclusão e participação política pautada em processos de governança está assentada na atuação de um conjunto de atores políticos (Estado, governo, sociedade civil, Organizações Não-Governamentais – ONGs, organizações voluntária etc.) que devem agir em prol do desenvolvimento humano. Conforme diz Rhodes (1997, p.3), a governança²⁰⁰ é composta por “redes intergovernamentais auto-organizadas”.

Se o “objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção” (THOMPSON, 1995, p.366) dos Relatórios do Desenvolvimento Humano, deve-se ter em conta que todas as mensagens contidas nos documentos têm de ser lidas à luz dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos, na segunda metade do século XX. Os relatórios materializam uma multiplicidade de vozes, debates, discussões, proposições e interesses acerca do desenvolvimento social e humano; e o fazem utilizando-se de vários argumentos que direcionam tanto a análise das dificuldades de superação da miserabilidade e da pobreza como as sugestões de superação da privação de renda e da impotência política para determinados campos de ações. É a partir daí que devemos compreender o modo como os procedimentos denominados de governação e de governança predominam no interior dos documentos.

Por essas razões, a análise hermenêutica empreendida nesta pesquisa lança mão do contexto sócio-histórico no qual se desenvolveu e se solidificou um conjunto de propostas assentadas numa ideia de eficiência político-administrativa denominada governança. E por que se torna palatável a insistência dos RDHs nessa forma de articulação política entre diversos atores?

¹⁹⁷ “A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito¹⁹⁷” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

¹⁹⁸ “A dimensão da capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos e aplicar de forma eficiente” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

¹⁹⁹ “A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

²⁰⁰ Sobre governança, ver ainda: (Smith, 2010).

Porque também muitos segmentos da sociedade civil organizada – uma boa parte dos intelectuais, dos dirigentes institucionais, das lideranças partidárias, sindicais e de outras associações e organizações – encamparam as ideias de governança e as transformaram numa forma de justificar ações e procedimentos.

Então, deve-se pontuar que a análise textual dos RDHs é feita em vista do processo argumentativo construído sempre em correlação com aquilo que vem sendo proposto, analisado, discutido e divulgado como possível de ser implementado – por diversas configurações – para a sociedade como um todo. As equipes que produzem os documentos estão inteiramente cientes do modo como devem construir os seus argumentos. Elas, para usar uma expressão de Michel Foucault (2005), interpretam e são interpretadas ao mesmo tempo. Ocorre, assim, um processo de decifração, por parte daqueles que estão à frente da elaboração dos relatórios, do que é aceitável e palatável, como proposta de ação para governantes e sociedade civil de modo geral. Esta e aqueles sentem que devem dar ouvidos aos diagnósticos e prescrições postos nos RDHs, porque também interpretam os argumentos dentro de um dado contexto histórico em que cristalizam determinados entendimentos acerca das causas, consequências e soluções dos problemas atuais.

O exame das condições sócio-históricas e dos argumentos utilizados pelos RDHs para convencer lideranças, governantes, associações, organizações, etc., da necessidade de ampliar a participação política nos processos decisórios revela campos de interações e de jogos configuracionais (definidos, segundo Elias, 1997, como um conjunto de coerções e de tensões multipolarizadas)²⁰¹ elucidadores dos (des)caminhos postos em andamento no

²⁰¹ O conceito de configuração, conforme Elias (2001) pode ser utilizado para definir grupos pequenos de pessoas, grupos médios e/ou grupos de milhões de indivíduos. O elemento central para que tais grupos formem configurações é a existência de relações de interdependência entre eles. Crianças, jovens e adultos numa escola (professores, alunos), trabalhadores de determinada empresa, habitantes de uma nação, militantes de um movimento social, de um sindicato e de um partido político formam várias configurações. Os partícipes de uma

mundo atual para, supostamente, solucionar problemas relacionados à pobreza extrema, à exclusão política, ao não-acesso à saúde, à educação e à moradia adequados. Em vista dessas interações e da atuação das diversas organizações (Estados, organismos internacionais, governos, associações diversas, organizações da sociedade civil, entre outras) estabelecem-se e se aceitam (ou não) pactos, acordos e declarações de intenções (tal como a Declaração do Milênio). Os RDHs foram construindo – em suas várias centenas de páginas, ao longo de mais de 20 anos – um conjunto de argumentos visando convencer os governantes, os estados e as organizações da sociedade civil a endossar e a colocar em andamento um conjunto de prescrições para que houvesse, na década de 1990, melhoras nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e, na década de 2000, para que se cumprisse a agenda pública acordada pelos estados-membros das Nações Unidas, denominada Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Todos os argumentos construídos em torno da necessidade de ampliação da participação política anunciam um sentido direcionado rumo aos possíveis avanços nos cumprimentos das metas do milênio. Lança-se mão, então, da combinação da análise sócio-histórica e argumentativa²⁰². Todavia, não se está buscando o sentido válido do argumento, mas sim o sentido visado. Ou seja, que tipo de corpo de argumentação é construído em torno de inúmeros temas (pobreza, desigualdades, participação política, cooperação internacional, democracia, novas tecnologias, educação, meio ambiente, entre inúmeros outros) que podem formar um entendimento político sobre as condições sociais atuais? Que tipo de propósito tem a defesa da efetivação de ações, que gravitam ao redor das metas de ampliação do desenvolvimento humano, em todos os recônditos do planeta? Que tipo de consenso social e político procura-

associação de interesses, de um organismo internacional, de um governo, de um Estado, de uma nação, de um setor dentro de uma atividade econômica, de uma rede de interesses (a OMC – Organização Mundial do Comércio, por exemplo) formam também configurações diversas.

²⁰² Sobre a análise argumentativa, ver: (Thompson, 1995; Liakopoulos, 2002)

se construir com o estabelecimento de metas e de objetivos calcados em determinados diagnósticos abraçados no interior dos relatórios?

Ainda que a compreensão dos textos denominados RDHs tenha que se ater às argumentações construídas pelas equipes que encomendam, produzem e encampam os relatórios, esta pesquisa não se enquadraria, rigorosamente, em um modelo de análise argumentativa, pois ela não tem o objetivo de “trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa” (LIAKOPOULOS, 2002, p.218), nem de proceder a uma análise profunda das estruturas de argumentação por meio de uma desconstrução dos argumentos através de confrontações entre alegações, proposições, dados, possibilidades, ou não, de refutação. Por isso, ao analisar as propostas – contidas nos RDHs – de ampliação da participação política de modo a englobar os mais pobres, descentralizar os processos decisórios e democratizar o espaço de construção de demandas, entre outros procedimentos, não se está buscando as formas de codificação e decodificação dessas prescrições, mas sim procurando saber como os argumentos, nunca lineares e dotados de um único conjunto de proposições e asserções, podem ser decifrados em vista das motivações, dos interesses e dos embates políticos que evidenciam.

Nesta pesquisa, não se está realizando uma análise argumentativa clássica que se atenha a demonstrar “como a argumentação configura os resultados”²⁰³ (THOMPSON, 1995, p. 223) que poderão, ou não, ser alcançados. Interessa-se, muito mais, em demonstrar que os argumentos postos nos RDHs elucidam conexões de sentidos (relações de interdependência, de

²⁰³ Considera-se como uma análise argumentativa clássica a análise empreendida por Toulmin (1958) e seus seguidores (Ball, 1994; Putnam & Geist, 1985). Trata-se de modelos que sistematizam, através de alguns passos, a estrutura da argumentação.

Mediante um texto, uma fala ou um discurso, isso é feito da seguinte maneira: a) Busca-se o modo como são estruturadas e encadeadas as proposições de um ou mais argumentos; b) Mostra-se em que dados tais proposições se assentam; c) Demonstram-se as premissas que necessitam, suportam e validam tais dados; d) Ressalta-se a maneira como a exposição das proposições, dados e premissas tentam angariar aceitabilidade; e) E, por fim, investiga-se como os argumentos investem em estratégias para evitar as refutações. Habermas (1987) tece diversas críticas às análises argumentativas centradas em sistemas formais e semânticos. Todavia, ele recebe influências de Toulmin (Alves, 2009).

poder, de dominação, de interesses, de conflitos) entre indivíduos, estados, nações, sociedades, organismos internacionais, governantes e organizações e associações da sociedade civil. Assim, os RDHs não são estudados com vistas à elucidação de uma estrutura argumentativa, mas sim com o objetivo de demonstrar como eles fazem parte de uma tentativa de imprimir uma dada direcionalidade aos processos sociais atuais.

Assim, não é a estrutura argumentativa que está em primeiro plano, mas sim o contexto sócio-histórico que torna possível processar uma leitura dos argumentos à luz dos muitos jogos configuracionais que vem à tona quando os documentos fazem suas propostas e sugestões de ações aos governantes, estados e organizações e associações diversas. Há uma narrativa do desenvolvimento humano, expressa numa linguagem formadora de um conjunto de argumentos, que está sendo interpretada, essencialmente, a partir dos embates e interesses políticos que dela irradiam. Conforme insistia Norbert Elias em muitos de seus trabalhos “as ‘ações e ideias não podem ser explicadas e entendidas se forem tratadas isoladamente; elas precisam ser entendidas e explicadas dentro do esquema’ da figuração” (BAUMAN apud RIBEIRO DA SILVA, 2010, p.197).

Assinale-se que a perspectiva hermenêutica de profundidade (HP), que orienta em parte a investigação dos relatórios, exige que as análises, a sócio-histórica e a textual, sejam complementadas por

(...) uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (...) Estamos interpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo histórico-social. Como uma reinterpretação de um campo objetivo pré-interpretado, o processo de interpretação é necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto à discussão. A possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseca ao próprio processo de interpretação (THOMPSON, 1995, p.376).

Considerações Finais

Demonstrou-se que, no caso da investigação dos RDHs, os procedimentos de pesquisa devem procurar compreender a estrutura de significados contida nos documentos (MAY, 2004). Considera-se que “o documento pode ser localizado em um contexto político e social mais amplo” (MAY, 2004, p.213). Daí a necessidade de “examinar os fatores que cercam o processo de sua produção, assim como o contexto social. (...) O que as pessoas [grupos, organizações, instituições] decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte” (MAY, 2004, p. 213).

Os elaboradores dos RDHs, ao proporem medidas e ações que combatam a pobreza, as desigualdades, as privações de acesso à educação e à saúde, constroem uma teia de argumentações que devem ser lidas num processo de dupla hermenêutica, conforme assinala A. Giddens (1989). Ao mesmo tempo que influenciam o debate público (acadêmico e político), as equipes produtoras dos relatórios são influenciadas pelo modo de governantes, pesquisadores, intelectuais e organizações da sociedade civil pautarem, proporem e executarem ações e procedimentos. É o que John B. Thompson (1995, p.359) denomina “re-interpretação de um campo pré-interpretado”.

Ainda que se atente para as diferenças que há entre eles (Giddens, Thompson e Foucault)²⁰⁴ atinente a uma maior ou menor capacidade de ação dos sujeitos, também este último, em *A ordem do discurso* (2013), ressalta a importância de compreender como os saberes e os discursos sociológicos são utilizados, em muitas ocasiões, para construir um conjunto de práticas e prescrições. Acredita-se que através da análise dos significados diversos e entrelaçados presentes nos textos, que compõem os relatórios, torna-se possível desvendar uma multiplicidade de diálogos, posições políticas e interesses que

²⁰⁴ Sobre o tenso diálogo de Giddens com Foucault, ver: (Gomes, Almeida e Vaz, 2009).

aparecem, muitas vezes, dentro de uma roupagem que invoca, de muitas formas, o saber sociológico construído na segunda metade do século XX.

Há muitos discursos e pensamentos embutidos nos relatórios. Constatase, tendo por base os textos de Norbert Elias (1999), que eles são produzidos e controlados por uma gama de indivíduos e de configurações. O grande desafio é compreender e interpretar as propostas, sugestões, reflexões, representações acerca da pobreza, das desigualdades, da participação política e do desenvolvimento humano sem se perder “em especulações sem limites, em fantasias²⁰⁵, brincando com as ideias” (ELIAS, 1999, p.22).

Não há dúvida de que todas as propostas formuladas pelos produtores dos RDHs revelam uma forma de interpretação dos problemas atinentes às (im)possibilidades do desenvolvimento humano no mundo atual. Essa leitura veiculada nos documentos necessita ser, sempre, confrontada com as condições sócio-históricas vigentes em cada país. Pode-se perguntar: até que ponto os relatórios globais do desenvolvimento humano estruturam seus argumentos, interpretação e propostas, tendo como pano de fundo as condições histórico-processuais de cada nação? As interpretações acerca dos elementos produtores e perpetuadores da pobreza necessitam ser interpretadas à luz de contextos históricos específicos. Muitas perspectivas otimistas veiculadas pelos elaboradores dos relatórios derivam de interpretações dissociadas das singularidades bloqueadoras do desenvolvimento humano entendido como um processo de ampliação da renda, do acesso à educação, à saúde, à participação política, aos direitos e à moradia adequada.

Conforme alerta Norbert Elias (1999), a tarefa mais importante em estudos sobre as ideias, as propostas, os discursos, as narrativas sobre o desenvolvimento social global é averiguar o que de fantasioso e o que de realista há neles. No caso das propostas de ampliação da participação política

²⁰⁵ Perder-se em fantasias quer dizer perder-se em “sonhos individuais, (...) desejos, (...), especulação metafísica, sistemas coletivos de crenças, ideologias”, etc. (Elias, 1999, p.24).

que englobe os segmentos mais pobres como forma de desconcentração do poder no mundo atual, não há dúvida de que se detecta, nos RDHs, uma boa dose de fantasia, a qual tem de ser confrontada pelos fatos que podem indicar até que ponto há, ou não, em contextos específicos, avanços nos processos de distribuição de poder, recursos e renda.

Há situações no desenvolvimento do conhecimento humano em que os problemas permanecem insolúveis porque os fatos necessários para sua resolução ainda são desconhecidos. Há outras em que o estoque de conhecimento da sociedade oferece com abundância os fatos necessários; as modalidades predominantes de pensamentos, as categorias e conceitos preexistentes, entretanto, obstruem o caminho da solução (ELIAS, 1998, p.287).

Bibliografia

ALVES, Marcos A. S. Racionalidade e argumentação em Habermas. **Kinesis**. Marília, V.1, n.2, p.179-195, out. 2009.

BALL, William J. Using Virgil to analyze public Policy arguments: a system based on Toulmin's Informal Logic. **Social Science Computer Review**, New York, v.12, n.1, p.26-37, 1994.

BAUER, Martin. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão, in: BAUER, M. W. e GASKELL, Georg. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.189-217.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Hermenêutica e teoria social moderna, in: RIBEIRO DA SILVA, Fábio R. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.188-198 (Anexos – Tradução).

BONA, Aldo N. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br>> Acesso em 30 jun. 2014.

BONFIM, Vinícius S. Gadamer e a experiência hermenêutica. **Revista CEJ**, Brasília, n.49, p.76-82, jun. 2010.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica no cotidiano: na historiografia contemporânea. **Proj. História**, São Paulo, n.17, p.223-258, 1998

DILTHEY, Wilhelm. *Introduction à l'Etude des Sciences Humaines*. Paris: PUF, 1942.

DILTHEY, Wilhelm. *Edification du monde historique dans les sciences de l'Esprit*. Paris, CERF, 1988.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições Setenta, 1999.

ELIAS, Norbert. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração, in: *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 144-163.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Arqueologia das Ciências Humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADAMER, Hans. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOMES, Ivan M.; Almeida, Felipe Q. de, Vaz, Alexandre, F. Sobre corpo, reflexividade: um diálogo entre Anthony Giddens e Michel Foucault. **Política & Sociedade**, Florianópolis, V.8, n.15, p.299-319, out.2009.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.218-243.

MAY, Tim. *Pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PUTNAM, Linda L. e GEIST, Patricia. Argument in Bargaining: an analysis of the reasoning process. **Southern Speech Communication Journal**, Londres, n. 50, p.225-245, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Análise de documentos em Ciências Sociais, in: LUCENA, C. T. et al. (orgs.) **Pesquisa em Ciências Sociais: textos CERU**, São Paulo, Série 2, n.10. p.119-145, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1990): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Definição e medição do desenvolvimento humano - Relatório do Desenvolvimento Humano 1990*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>> Acesso em 02 abr. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1991): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991>> Acesso em 12 abr.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1993): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993>> Acesso em 03 mar. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1995): *Relatório do Desenvolvimento Humano: La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995>> Acesso em 12 jan.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997>> Acesso em 02 fev.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2002): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>> Acesso em 02 dez. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2003/download/pt>> Acesso em: 11 fev 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2010): *A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>> Acesso em: 11 jun.2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2013): *A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em: 20 mar. 2013.

REIS, José C. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das Ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RHODES, Rod. *Understanding Governance*. Milton Keynes: Open University Press, 1997.

RUDIGER, Francisco. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. Porto Alegre: Gattopardo, 2009.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SECH Júnior, Alexandre. A hermenêutica do sujeito em Michel Foucault. **Revista AdVerbum**, Curitiba, v.4, n.2, p.95-103, dez. 2009.

SCOCUGLIA, Jovanka, B. C. A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas Ciências Humanas contemporâneas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.17, n.2, p.1-20, dez. 2002.

SMITH, Andy. Governança de múltiplos níveis: o que é e como pode ser estudada, in: PETERS, G. e PIERRE, J (orgs.) *Administração pública*. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. *Hermenêutica e Ciências Humanas. Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.100-142, 1988.

STEIN, Ernildo. A consciência da história: Gadamer e a hermenêutica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2002. Caderno Mais, p.2.

UL HAQ, Mahbub. *A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Nacional, 1978.

UL HAQ, Mahbub. *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press, 1995. 288p.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOULMIN, Stephen E. *The uses of arguments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

Palavras-chave:

Desenvolvimento humano, análise documental, hermenêutica.

Resumo: Apresentar uma proposta teórico-metodológica de análise dos documentos intitulados *Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs)*, encomendados pelas Nações Unidas, é a finalidade deste estudo. Não se fará, neste artigo, uma reflexão extensiva sobre as diversas temáticas dos referidos documentos nem se construirá, a partir deles, um objeto específico de investigação. Tem-se como proposta indicar alguns caminhos teórico-metodológicos que podem orientar a construção de objetos e de procedimentos de pesquisa quando se está diante de fontes documentais como estas. O objetivo deste texto é, então, explicitar os procedimentos de investigação que estão orientando as reflexões sobre os RDHs. Assentadas numa perspectiva histórico-hermenêutica, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, há alguns anos, sobre os relatórios, têm o propósito de desvendar os embates políticos orientadores de uma forma de interpretar e de conduzir a vida social. As interpretações contidas nos documentos não visam somente revelar os fatores bloqueadores do desenvolvimento humano, mas sim direcionar a formulação de uma agenda pública de ações, práticas e procedimentos.

Keywords

Human development, documentary analysis, hermeneutics.

ABSTRACT: To provide a theoretical-methodological approach of analysis of documents entitled Human Development Reports (HDRs), commissioned by the United Nations, is the purpose of this study. In this article, we will not make an extensive reflection on the various topics of such documents nor will we construct, based on them, a specific object of investigation. Our proposal is to indicate some theoretical and methodological approaches that can guide the construction of objects and search procedures when faced with documentary sources such as these. The aim of this paper is then to explain research procedures that are guiding the reflections on the HDRs. Based on a historical-hermeneutic perspective, the research being developed for some years about the reports, are intended to unravel the guiding political clashes in a way to interpret and lead a social life. Interpretations contained in the documents are intended not only to reveal the blocking factors of human development, but to direct the formulation of a public agenda of actions, practices and procedures.

Recebido para publicação em junho/2015

Aceito para publicação em agosto/2016